

Produção destrutiva e os desafios das escolas de agroecologia

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo

A industrialização da agricultura, o avanço da mineração e a financeirização das commodities estão gerando crimes ambientais de grande escala. A pandemia escancarou a fome e a miséria brasileiras. Os movimentos sociais do campo têm resistido ao avanço do agronegócio seja através da denúncia das consequências da chamada revolução verde, seja através da luta prática para a transição agroecológica, tendo em vista a produção e consumo de alimentos prioritariamente para alimentar o povo, sem agrotóxicos e transgênicos, em bases cooperativistas. Este artigo pretende abordar a) a produção destrutiva do capital, em especial a chamada *revolução verde*, e b) a luta pela criação das escolas de agroecologia dos movimentos sociais.

Palavras-chave: Produção destrutiva, revolução verde, escolas de agroecologia.

Producción destructiva y desafíos de las escuelas de agroecología

Resumen

La industrialización de la agricultura, el avance de la minería y la financiarización de las commodities están generando crímenes ambientales a gran escala. La pandemia ha dejado al descubierto el hambre y la pobreza en Brasil. Los movimientos sociales rurales se han resistido al avance del agribusiness sea mediante la denuncia de las consecuencias de la

¹ Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) UNESP, campus de Marília e do Programa de Pós Graduação em Educação. Autor dos livros: “O fetiche da tecnologia - a experiência das fábricas recuperadas” (já na 3ª Edição em português e também publicado em espanhol); “A relação universidade-movimentos sociais – reatando um fio interrompido” (em espanhol) ; “O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores” (1ª Edição pela Editora Expressão Popular, 2ª Edição pela Editora Lutas anticapital, 2020) e “Mundo do Trabalho Associado e Embriões de educação para além do capital” (Lutas anticapital, 2018). Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão sobre produção destrutiva, cooperação, agroecologia e escolas de agroecologia. É um dos coordenadores do Curso de Aperfeiçoamento Itinerante “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas” (UNESP/IBEC-GPOD), já na sua 11ª edição. Coordenador do Mini Curso Itinerante “Questão Agrária, cooperação e agroecologia”, já na sua 7ª Edição. Foi coordenador com Curso Pós Médio em Agroecologia, em parceria com o Centro Paula Souza, os Movimentos Sociais do Campo e o Pronera. Atualmente é coordenador do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, com ênfase em agroecologia e agrofloresta, com essas mesmas entidades. Contato: hetanov@gmail.com

llamada revolución verde, o mediante la lucha práctica por la transición agroecológica, con miras a producir y consumir alimentos principalmente para alimentar a la gente, sin pesticidas ni transgénicos, sobre bases cooperativas. Este artículo pretende abordar a) la producción destructiva de capital, especialmente la llamada revolución verde, y b) la lucha por la creación de las escuelas de agroecología de los movimientos sociales.

Palabras clave: producción destructiva, revolución verde, escuelas de agroecología.

Destructive production and the challenges of agroecology schools

Abstract

The industrialization of agriculture, the advance of mining and the financialization of commodities are generating large-scale environmental crimes. The pandemic has exposed hunger and poverty in Brazil. Rural social movements have resisted to the advancement of agribusiness either through denouncing the consequences of the so-called green revolution, or through the practical struggle for the agroecological transition, with the aim of producing and consuming food primarily to feed the people, without pesticides and transgenics, on cooperative bases. This article intends to address a) the destructive production of capital, especially the so-called green revolution, and b) the struggle for the creation of social movements' schools of agroecology.

Keywords: Destructive production, green revolution, agroecology schools.

Introdução

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cinco bilionários detêm riqueza equivalente à da metade da população mundial, e cerca de um bilhão de pessoas passam fome diariamente (ZIEGLER, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhora, ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, a concentração da renda e a intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos².

As corporações transnacionais estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU, fala-se em “administração da pobreza”, e não mais em “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, no Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível. Teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, entre outros³.

No Brasil, em 2016, tivemos um golpe parlamentar, mais complexo e difícil de ser compreendido que os golpes anteriores. Acabamos de descobrir que o golpe de 2016 também contou com participação dos militares. Em 2 anos, queimamos mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de pessoas, de acordo com as estatísticas oficiais⁴. No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e, na cidade, as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito à terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida. Não bastasse a crise que vinha se arrastando desde 2011, a combinação de pandemônio com a pandemia gerou o caldo perfeito para a potencialização da miséria estrutural brasileira: aumento brutal da fome, do desemprego e de crimes ambientais, que nos mostram a urgência de uma transição agroecológica anticapital.

² Ver também Lima Filho (2013) e Sampaio Jr. (2013).

³ Ver Ziegler (2013), Mike Davis (2007), Netto (2008) e Lima Filho, Novaes e Macedo (2017).

⁴ Evidentemente que essas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e subemprego. Sobre isso, ver Mézáros (2011).

Este artigo pretende abordar a) a produção destrutiva do capital, em especial a chamada *revolução verde*, e b) a luta pela criação das escolas de agroecologia dos movimentos sociais.

As corporações-monstro e o fetichismo da revolução verde

A revolução verde na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (MÉSZÁROS, 2004, p. XX).

Em outros textos, já nos pronunciamos sobre a ofensiva das corporações transnacionais desde os anos 1960⁵. Aquilo que Mézáros (2004) chama de corporações-monstro, Jean Ziegler (2013), no livro *Destruição em massa: geopolítica da fome*, chama de “tubarões-tigre”. Trata-se de um nome bastante sugestivo para representar a ofensiva das corporações transnacionais em todas as esferas da nossa vida. Outros preferem denominá-las “polvos”, cheios de tentáculos agarrando territórios e pessoas. Atuando como verdadeiros Estados nacionais, sendo muitas delas mais fortes que muitos países, as corporações transnacionais jogam seus tentáculos ou seus dentes vorazes e afiados em tudo e em todos.

Na virada do século XIX para o século XX, como nos mostrou Lenin (2003) em *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, há o surgimento das grandes corporações capitalistas. Já não estamos mais diante do capitalismo concorrencial registrado em *O capital* por Karl Marx, quando este descreveu e analisou o capitalismo da primeira revolução industrial.

No século XX, as gigantescas corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas lançaram novos produtos no mercado, novas formas de gerir a força de trabalho, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assassinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais, entre outros.

⁵ Ver Novaes (2017) e Novaes, Mazin e Santos (2015).

Muitas corporações capitalistas de altíssimo calibre, envolvidas com as indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e com a comercialização de commodities produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento de produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores etc. No site de uma dessas corporações, aparece que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

Em Minas Gerais, a Vale, coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira *irresponsabilidade social empresarial* em 2015⁶. Ainda em 2015, as corporações promoveram outra *irresponsabilidade* no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadoras e trabalhadoras no desemprego.

Referindo-se à Índia, Bhagavan (1987 apud MÉSZÁROS, 2004) faz uma análise da chamada revolução verde e de seu fetichismo:

A irrigação, os fertilizantes, os pesticidas, a mecanização agrícola e as instalações para o bom armazenamento dos grãos são os ingredientes tecnológicos essenciais na estratégia da alta-variedade-de-produção (*high-yieldind-variety*, HYV) da revolução verde. Os ingredientes econômicos essenciais são a disponibilidade de crédito e bons preços de insumos para os fazendeiros. A disponibilidade desigual desses ingredientes tecnológicos e econômicos produziu um grande aumento nas disparidades existentes entre os Estados e entre as diferentes classes de fazendeiros nos Estados. Os Estados com boa irrigação, em que os fazendeiros de nível médio constituem a maioria dos agricultores [...] mostraram índices de crescimento anual na produção de cereais [...]. A maior parte da revolução verde ocorreu nesses três Estados. Os Estados com pouca irrigação, com pequenos e marginais camponeses e trabalhadores sem-terra compondo a maioria rural [...] registraram índices muito baixos de crescimento da produção de cereais [...]. Falando de modo geral, não mais de meia dúzia dos 22 Estados da Índia (excluindo-se os nove territórios federados) têm se beneficiado da estratégia da HYV, e neles os benefícios atingiram principalmente os médios e grandes fazendeiros (BHAGAVAN, 1987, p. 63-64 apud MÉSZÁROS, 2004, p.140)⁷.

⁶ Lira Itabirana: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais. E multinacionais, Quantos ais! A dívida interna. A dívida externa. A dívida eterna. Quantas toneladas exportamos. De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro?” Carlos Drummond de Andrade.

⁷ Para um resgate da crítica de Mézáros à produção destrutiva, ver Mézáros (2002), Mazalla Neto (2014), Rego (2016) e Novaes (2010). Para os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver Foladori (2001) e Foster (2005).

Dessa forma, podemos definir a chamada Revolução Verde como um longo processo de *modernização* da produção agrícola, baseado em 4 fatores: a) utilização crescente de agrotóxicos (pesticidas, fungicidas, etc.), b) utilização crescente de adubos sintéticos, c) utilização crescente de tratores e implementos agrícolas e d) mais recentemente, sementes transgênicas. A Revolução Verde industrializou a agricultura e teve ampla participação do Estado através de a) financiamento para a agricultura, b) parcerias entre universidades, institutos públicos de pesquisa e corporações transnacionais produtoras do setor agropecuário, c) reestruturação do currículo das universidades para adequá-las aos propósitos de *eficiência* e *eficácia* da revolução verde.

As consequências da chamada revolução verde foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, entre outros⁸. Ziegler (2013) se pronuncia sobre a revolução verde e nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade⁹.

Rogério Macedo (2015), dialogando com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e que isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural,

⁸ Para a contribuição marxista à questão socioambiental, ver Duarte (1986), Foster (2005), Frederico (2007), Lowy (2003), Kovel e Lowy (2003), Altvater (2007), Sevá Filho (2013); Sevilla Guzmán (2013) e Rego (2016). Para a contribuição marxista ao debate da agroecologia, ver Guhur (2015), Novaes, Mazin e Santos (2015), Sevilla Guzmán e Molina (2011) e Rego (2016). Para as contribuições da esquerda ao debate da agroecologia e da questão ambiental, ver Sachs (1986), Primavesi (1986), Petersen (2013), Ploeg (2008) e Marques (2015).

⁹ Jean Ziegler é suíço e foi secretário da ONU. Seu livro vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial. Para os limites e a potencialidade da teoria de Ziegler, ver o prefácio do livro feito por José Paulo Netto (2013).

levada a tal pela mundialização do capital. Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares (MACEDO, 2015, p. 311-312).

Não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam esse novo mercado e se adequaram às bandeiras “ambientalmente sustentáveis”. Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde¹⁰.

Desafios das escolas de agroecologia

Os movimentos sociais dos anos 1930-60 foram destruídos pela ditadura de 1964-1985. Poderíamos citar como exemplo a destruição das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais no nordeste, a prisão, tortura ou assassinato de lideranças de partidos de esquerda, o exílio de professores universitários como Paulo Freire, Florestan Fernandes e Celso Furtado.

Na segunda metade dos anos 1970, surgiram inúmeras lutas puxadas pelos trabalhadores. Lutas contra a fome, por habitação, emprego, melhores salários, melhores condições de trabalho para o funcionalismo público, lutas dos bancários, lutas por terra e teto, creches, saneamento básico, lutas por educação e democratização da escola pública, lutas dos atingidos por barragens etc. eclodiram em todos os cantos do país¹¹.

No fim das contas, o capital saiu vitorioso com a sua “transição gradual, lenta e segura”. Não conseguimos as diretas já. O capital esteve no controle dessa transição, a ponto de Florestan Fernandes (1986) se perguntar se estávamos mesmo entrando na fase da “Nova República”¹².

¹⁰ Para os limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Novaes, Mazin e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a culpa da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.

¹¹ Ver, por exemplo, Saer (1988) e Dal Ri e Vieitez (2008).

¹² Para isso, ver também Netto (2010), Sampaio Jr. (2013), Minto (2015) e Deo (2014).

No que se refere às lutas contra a revolução verde, o MST é um dos movimentos sociais que está promovendo a denúncia do pacote da revolução verde e, mais do que isso, ações concretas que sinalizam a necessidade de sua superação.

Já mostramos em outros textos (NOVAES, 2012; PIRES, 2021) que o MST incorporou a agenda agroecológica nos anos 2000. Para nós, a agenda agroecológica do MST é composta de algumas dimensões, das quais destacamos: a) a soberania alimentar; b) a reforma agrária popular; c) a denúncia do pacote da revolução verde; d) questões de gênero; e) o estímulo ao trabalho associado; f) a comercialização popular; e g) a modificação da agenda de pesquisa, ensino e extensão das instituições públicas¹³.

A pequena quantidade de escolas de agroecologia vinculadas aos movimentos sociais deve ser compreendida dentro do contexto de ofensiva do capital.¹⁴ Molina, Arelaro e Wolf (2015) nos mostram o incisivo assédio às escolas do campo por parte de empresas monoculturas vinculadas ao agronegócio.

Em Teodoro Sampaio (SP), a empresa denominada Usina Odebrecht Agroindustrial, a partir de diferentes estratégias de envolvimento do poder público municipal, de membros da comunidade, de lideranças e de agentes da escola, por meio do Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local, tem conseguido se inserir nas escolas do campo da região, disseminando e promovendo contravalores entre os docentes, os discentes e a comunidade, enaltecendo os “benefícios” do agronegócio para o território, dificultando a compreensão das imensas contradições que se escondem sob esse modelo agrícola. Uma das ações mais perversas tem sido a do convencimento da juventude das áreas de reforma agrária da região, de abrir mão da maior vitória alcançada com a luta pela terra: o domínio deste meio de produção. Convencem muitos desses jovens a vender sua força de trabalho a essas empresas monocultoras, conseguindo, inclusive, que suas famílias arrendem lotes para essas mesmas empresas (MOLINA; ARERALO; WOLF, 2015).

Do outro lado da luta de classes, a construção dos Centros e Escolas Técnicas de Agroecologia do MST no Paraná está ligada aos objetivos fundadores do Movimento Sem

¹³ Ver também Dagnino (2010), Moura (2014) e Barbosa de Oliveira (2014).

¹⁴ Poderíamos ir até mais longe, pois a ofensiva do capital impede o surgimento de escolas de movimentos sociais e ao mesmo tempo fecha escolas. Ver por exemplo, o excelente documentário “Granito de Arena” sobre o fechamento de escolas técnicas rurais no México, e os inúmeros artigos que saíram sobre as ocupações de escolas no Brasil nos últimos anos. Vale a pena consultar os textos da Seção 22, dos professores do sul do México e dos docentes de Neuquén (Argentina).

Terra: lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país, entrando na disputa pela matriz produtiva na questão agrária.

Tendo em vista uma proposta alternativa de educação da classe trabalhadora, os principais objetivos dos Centros de Agroecologia do MST no Estado, segundo documento do MST-PR (2004 apud LIMA, 2011, p. 87), são:

- Ser um espaço de formação para as organizações da classe trabalhadora;
- Ser um espaço para os encontros do Movimento Sem Terra e outras organizações que buscam os mesmos objetivos de transformação social;
- Ser uma referência no desenvolvimento de experiências na área de produção agroecológica, apresentando resultados concretos para os agricultores/as;
- Ser um espaço de desenvolvimento de valores humanistas socialistas, desenvolvidos através da vida coletiva;
- Aperfeiçoar o método de formação técnica e política, e escolarização desde o ensino fundamental, como também no ensino médio e superior;
- Ser espaços de desenvolvimento de experiências científicas e tecnológicas, voltados à realidade camponesa;
- Ser um espaço de incentivo e vivência da cultura popular, resgatando especialmente a cultura camponesa;
- Ser um espaço onde as pessoas possam conviver, educando-se, trabalhando, divertindo-se e construindo perspectivas de futuro.

Para nós, a criação dos Centros de Agroecologia do MST no Paraná representa um espaço importante, em construção, para a formação de quadro militante, a socialização do conhecimento histórico e científico produzido pela humanidade e a aproximação dos trabalhadores do campo e da cidade, apoiando a construção de ações coletivas de comum interesse (LIMA et al. 2012, p. 194; PIRES, 2016).

Os fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam o projeto político-pedagógico (PPP) dos cursos desenvolvidos nos centros de agroecologia do MST estão fundamentados na práxis política e educativa dos princípios da pedagogia socialista, da educação popular, do materialismo histórico dialético e da pedagogia do Movimento Sem Terra (CALDART, 2004, 2015; GUHUR, 2010; LIMA et al., 2012; PIRES; NOVAES, 2016).

Consultando a obra de Caldart (2004, p. 315), constata-se que a formação do sem-terra tem como principal sujeito pedagógico o MST, “como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que o constituem”. Dentro disso, a pedagogia do movimento tem sua matriz formativa desenvolvida sob cinco dimensões: a) pedagogia da luta social; b) pedagogia da organização coletiva; c) pedagogia da terra; d) pedagogia da cultura; e e) pedagogia da história.

Buscando articular trabalho, educação, escola e comunidade, a proposta educativa dos cursos de agroecologia desenvolvidos nos centros, além da pedagogia do Movimento Sem Terra, também tem como referência o conceito de “trabalho socialmente necessário”, desenvolvido pela pedagogia socialista de Viktor Shulgin (2013).

Dessa forma, o trabalho socialmente necessário propõe a base da vida escolar, não como mera adaptação, como adestramento das mãos e/ou como método de ensino, mas como algo ligado organicamente e estreitamente ao ensino. Tornando-se cada vez mais complexo, o trabalho socialmente necessário deve ser a luz que supera os limites da situação imediata, possibilitando o conhecimento da vida e das mais diversas formas de produção.

Seguindo com a influência da pedagogia socialista, mas agora conforme Pistrak (2010), o ensino em complexo não se reduz a um simples método que pode proporcionar melhor forma de assimilação de conteúdo. Trata-se de algo mais profundo, relacionado à essência do problema pedagógico e ao conhecimento dos fenômenos reais e de suas relações, isto é, trata-se de uma concepção marxista da pedagogia.

Nesse contexto, os projetos político-pedagógicos dos Centros de Agroecologia vão ser construídos com base tanto na pedagogia do Movimento Sem Terra quanto nos princípios e conceitos desenvolvidos pelos pedagogos soviéticos, entre eles Pistrak e Shulgin. Nessa perspectiva, o trabalho, a auto-organização e a relação com a comunidade são princípios que compõem seu projeto político-pedagógico e seu projeto metodológico (Promet), como podemos ver no caso da Escola José Gomes da Silva (EJGS), apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Princípios pedagógicos da Escola José Gomes da Silva

Princípios	Descrição
Direção coletiva	Todas as instâncias serão formadas por comissões de trabalhadores/as com igual direito e poder. As decisões serão tomadas, prioritariamente, por consenso político.
Divisão de tarefas	Estimular e aplicar a divisão de tarefas e funções entre os sujeitos dos coletivos, valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o personalismo.
Profissionalismo	Todos os membros dos setores e coletivos devem encarar com profissionalismo suas funções. Considerando profissionalismo sob dois aspectos: a) transformar a luta pela terra e a organização do movimento como sua profissão militante. Ter amor e dedicar-se de corpo e alma a ela; b) ser um especialista, procurando aperfeiçoar-se cada vez mais naquelas funções e tarefas que lhe forem designadas, tendo em vista o conjunto da organicidade do movimento.
Disciplina	Aplicar o princípio de que a disciplina é o respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, mas, sobretudo, de tarefas e missões.
Planejamento	Aplicar o princípio de que nada acontece por acaso, mas tudo deve ser avaliado, definido e planejado a partir da realidade e das condições objetivas da organização.
Estudo	Estimular e dedicar-se ao estudo de todos os aspectos que dizem respeito às atividades do movimento. A organização que não formar seus próprios quadros políticos não terá autonomia para conduzir as lutas.
Vinculação com as massas	A vinculação permanente com as massas de trabalhadores/as é a garantia do avanço das lutas e da aplicação de uma linha política correta. Das massas devemos aprender as aspirações, anseios e, a partir de sua experiência, corrigir nossas propostas e encaminhamentos.
Crítica e autocrítica	Aplicar sempre o princípio da avaliação crítica de nossos atos e, sobretudo, ter a humildade e a grandeza de fazer a autocrítica, procurando corrigir os erros e encaminhar soluções.

Fonte: Pires (2016)

Por meio desses princípios, propõe-se que a formação seja desenvolvida a partir de um trabalho pedagógico que vivencie a tomada de decisões coletiva, o trabalho não explorado e o aprendizado em uma dimensão coletiva e participativa, que tenha vínculos

com a classe trabalhadora, que seja crítico e que busque avançar com a organicidade¹⁵ e as demandas do MST.

Partindo da organicidade, os educandos e educandas que participam da formação técnica em agroecologia, por exemplo, vão ser organizados em núcleos de base e em equipes de trabalho. O trabalho aparece “como provocador de novas aprendizagens, com o paradigma prática-teoria-prática, produzindo conhecimento sobre a realidade” (PPP, 2010, p. 11).

Para uma compreensão mais didática do papel das equipes no processo formativo, na estrutura do curso e do centro, apresentamos no Quadro 2 as equipes criadas para uma turma de curso técnico em agroecologia e médio integrado, realizado na Escola José Gomes da Silva.

Quadro 2 - Papel das equipes de trabalho na EJGS

Equipe	Descrição
Saúde; Esporte e Lazer	Terá a tarefa de organizar as atividades relacionadas à saúde, preparando remédios naturais, encaminhando somente os casos urgentes ao médico, ao posto ou ao hospital e fazendo o encaminhamento junto à equipe pedagógica. Planejar atividades que contribuam para a melhoria da higiene e limpeza, como parte da saúde preventiva, bem como realizar seminários de temas relacionados à saúde. Também se responsabilizará pela escala de limpeza e acompanhamento dos espaços de uso coletivo, garantindo sua limpeza, organização e embelezamento. Também terá que coordenar o uso dos materiais e produtos de limpeza utilizados. Organizar o tempo de esporte e lazer com atividades recreativas para o bem-estar do grupo. Deverá planejar atividades diversificadas que envolvam a participação de todos os educandos/as e realizar exercícios físicos para que todos preservem a saúde física e mental.
Relações Humanas	Essa equipe terá a responsabilidade de orientar e zelar pela disciplina consciente entre todos os integrantes. Casos de indisciplina deverão ser encaminhados a atividades educativas, com o intuito de conscientizar sobre seus limites perante o coletivo e de buscar, assim, sua superação. Também terá a tarefa de zelar pelo cumprimento de acordos coletivos no que se refere a horários, normas do curso e da escola, assim como pela boa conduta e relacionamento entre todos militantes.

15 O termo “organicidade” é bastante usado nos debates internos do MST, e seu significado e conteúdo abrangem: ampliar a participação; elevar o nível de consciência das famílias; formar militantes/quadros; ter o controle político do espaço geográfico; implantar os círculos orgânicos; manter-se permanentemente vigilante; afastar os inimigos; acumular forças. Tudo isso ajudará na elaboração da estratégia na luta política pela reforma agrária, dando condições de fazer a disputa política na sociedade brasileira. Para maiores informações sobre a organicidade do movimento, ver MST (2005).

Comunicação; Cultura e Mística	Realizar atividades de animação da turma, especialmente, nos tempos-aula. Acompanhar e desenvolver atividades culturais nos tempos destinados a elas. A equipe também será responsável pela preparação dos tempos-notícia, pela organização do mural informativo e pela ornamentação dos espaços educativos. Será responsável, ainda, pelo uso dos equipamentos eletrônicos de som e vídeo, com o coordenador da unidade da EJGS.
Relatoria e Sistematização	Será responsável pela memória do curso, realizando e sistematizando relatórios diários sobre o desenvolvimento das atividades que acontecem cotidianamente. Deverá também identificar os avanços e desafios a serem superados pela turma nos aspectos práticos, organizativos, de aprendizagem e de participação.
Produção e Infraestrutura	Ajudar no planejamento e no acompanhamento do tempo trabalho, como também na parte de monitorar e de encaminhar alguém para arrumar as estruturas físicas da escola, quando for preciso. A equipe também ficará com a responsabilidade de planejar a jardinagem da escola.

Fonte: Pires (2016)

Os educandos/as inseridos nas equipes propõem sua inserção na realidade local e no próprio curso. Primeiro, por meio do autosserviço, no qual eles são fundamentais nos processos de manutenção, produção e cuidados com as pessoas e com as estruturas e equipamentos da escola, bem como nos processos educativos do tempo escola, em que os mesmos são responsáveis pela disciplina, pelo comprometimento e pelo respeito da turma com os educadores e com os demais tempos educativos.

Segundo, participando e contribuindo nas unidades produtivas da escola. A inserção nas unidades produtivas é feita com o acompanhamento do responsável pelo setor e pela CPP. O objetivo da participação nessas atividades é o de possibilitar aos educandos/as conhecimentos práticos, que devem ser analisados criticamente e aperfeiçoados, além de contribuir para a produtividade e, conseqüentemente, para o autossustento da escola e do curso.

Terceiro, a organização dos tempos educativos em consonância com as outras esferas de ensino e aprendizagem nas equipes de trabalho (autosserviço), e com as unidades produtivas da escola (autossustento), conforme apresentamos no Quadro 3.

Quadro 3 - Descrição dos tempos educativos da turma “Revolucionários da Terra”

Tempo educativo	Descrição
------------------------	------------------

Tempo aula	É o tempo em que são desenvolvidas as disciplinas e os eixos temáticos nas áreas do conhecimento do currículo do curso. Os eixos temáticos referem-se a disciplinas do momento de escolarização dos educandos, temas do caráter técnico, entre outros. Pode haver algumas mudanças, pois é preciso conciliar os tempos-aula com as agendas dos educadores/as.
Tempo leitura	Atividade destinada à leitura e estudos dirigidos individuais, orientados pela necessidade de cada educando de se apropriar de determinados assuntos. O objetivo é o de construir um método adequado de estudo e de desenvolvimento dos hábitos de leitura, pesquisa e desenvolvimento intelectual, proporcionando momentos de socialização de aprendizados no conjunto da turma.
Tempo trabalho	É definido em vista às demandas internas da EJGS, contribuindo para a produção e manutenção nos diversos setores e unidades do centro e da escola, bem como para as atividades necessárias ao bem-estar da comunidade e à formação de valores sociais e humanistas. Nesse sentido, o tempo trabalho deve acontecer como elemento formativo que desenvolve a coletividade, a organização e a cooperação. A inserção dos educandos/as também cumpre papel de realizar pesquisas produtivas que contribuam no planejamento das atividades e na construção orgânica dos setores.
Tempo oficina e seminário	Destinado ao aprendizado e ao desenvolvimento de habilidades específicas, relacionadas aos focos de capacitação da turma. É o tempo previsto para que os educandos dominem novas atividades. Também pode ser usado para a qualificação do trabalho nas unidades de produção. É organizado conforme a dinâmica das aulas e leituras.
Tempo mística	A mística é a alma da identidade sem-terra. A EJGS tem a tarefa de resgatar o amor ao trabalho e a pertença do educando e da comunidade sem-terra à classe trabalhadora. A mística é mais do que um tempo, é uma energia que perpassa o cotidiano. Por isso, é necessário evocá-la no início de grandes atividades, e resgatá-la em vários momentos do dia. Essa atividade é de responsabilidade dos núcleos de base. Deve-se aprender a trabalhar e vivenciar a mística, cultivar a luta dos trabalhadores, as datas importantes e as conquistas. Também é o tempo de conferência dos núcleos de base e de informações.
Tempo reflexão escrita	Destinado ao registro das vivências e experiências que cada educando vai extrair do processo educativo, seja do centro, seja do curso, e que contribuirão na sua militância. É o momento que o educando tem para refletir sobre sua prática cotidiana e sobre os desafios a serem superados. Para isso, cada um tem um caderno específico, que será solicitado pela coordenação pedagógica para acompanhamento semanal. Essa tarefa é feita cotidianamente, a partir da organização de cada sujeito.

Tempo cultura e lazer	Destinado para atividades culturais, teatros, danças, visitas, músicas, cultura camponesa, entre outras. A equipe de comunicação e cultura tem a responsabilidade de coordenar esse tempo, que é organizado conforme as demandas apresentadas pela turma.
Tempo núcleo de base	Destinado à discussão e aos encaminhamentos gerais da turma e do curso, é também um espaço de estudo e de debate para a auto-organização dos educandos nos processos de organicidade da EJGS e do MST.
Tempo notícia	É o momento destinado para acompanhar os noticiários por meio da televisão, dos jornais e das revistas, fazendo uma reflexão crítica sobre os fatos que são noticiados pela mídia. Incluem-se também vídeos, documentários e palestras. Essa atividade será de inteira responsabilidade da unidade de cultura junto à equipe de comunicação e com orientações da CPP.
Tempo estudo complementar	A intenção deste momento é proporcionar aos estudantes um espaço de auto-organização para os estudos individuais e/ou coletivos, bem como para a realização de trabalhos das disciplinas e de outras atividades.
Tempo mutirão	Visa a contribuir com o cuidado da escola, com a valorização das pequenas tarefas, com embelezamento do espaço público coletivo. Também é usado para fazer uma limpeza geral nas dependências da escola. A organização desse tempo é discutida conforme a dinâmica e a demanda da EJGS.
Tempo comunidade	Os objetivos deste tempo são de realizar as atividades delegadas pela organização da qual o educando faz parte; de comprometer-se com a execução das linhas de produção alternativa; de desenvolver atividades orientadas pelos educadores das disciplinas e pela coordenação pedagógica; e de desenvolver práticas de campo. A cada etapa, esse trabalho é avaliado e reencaminhado. Os educandos desenvolvem as atividades, que são acompanhadas pela coordenação político-pedagógica do curso, pelos técnicos, pelos coletivos dos setores do MST e pelas direções das brigadas.

Tomando como referência os apontamentos de Shulgin (2013) sobre o trabalho socialmente necessário, observa-se que o projeto político-pedagógico dos centros do MST propõe três pontos básicos: que o trabalho seja orientado para melhoria econômica e da vida; que seja pedagogicamente valioso; e que esteja em conformidade com as forças e particularidades dos adolescentes.

Os tempos educativos, descritos no quadro acima reforçam os princípios de que a “escola é um lugar de formação humana, e por isso as várias dimensões da vida devem ter lugar nela, sendo trabalhadas pedagogicamente”. Dessa forma, “os tempos educativos

contribuem no processo de organização dos educandos, levando-os a gerir interesses, estabelecer prioridades e assumir responsabilidade” (PPP, 2007, p 12).

Cada tempo educativo, além de ser parte estruturante da formação do futuro técnico, tem a característica de ser holístico, na medida em que apresenta a intencionalidade de fazer com que eles vivenciem e compreendam a escola e o curso como um todo, por meio do princípio prático do trabalho socialmente necessário.

Portanto, compreende-se que os cursos de técnicos em agroecologia dos centros do MST têm o objetivo de:

formar profissionais comprometidos com a implantação de modelos de desenvolvimento rural sustentável, na sua forma multidimensional, ou seja, profissionais que tenham uma compreensão de uma variedade de dimensões do conhecimento como a agricultura orgânica, biodinâmica, permacultura, entre outros (PIRES, 2016, p.115).

Destaca-se também a atenção dada ao objetivo de desenvolver o hábito da leitura, da pesquisa, do estudo e da elaboração escrita, com o intuito de promover a integração entre os diferentes níveis de conhecimento. Na mesma vertente, chama a atenção a intencionalidade de formar profissionais pesquisadores com visão humanista, valores éticos e holísticos, conscientes, socialmente comprometidos e inseridos como sujeitos ativos nas lutas dos movimentos sociais (GUHUR, 2010; LIMA, 2011; PIRES, 2016).

Por inter-relacionarem trabalho, auto-organização e comunidade, os cursos funcionam no regime de alternância, articulado em dois tempos complementares: o tempo escola (TE) e tempo comunidade (TC). Até certo ponto, esses tempos podem ser compreendidos como uma organicidade intencional com respeito a superar as formas de ensino que Shulgin (2013) denominou “complexos sentados”.¹⁶

Nesse sentido, Iterra (2008, apud GUHUR, 2010, p. 156), sobre os cursos do MST, salienta que:

Os cursos formais do MST são organizados no regime ou sistema de alternância, combinando períodos de atividades na escola (e também atividades de campo promovidas pela escola), o Tempo Escola (TE), que é um tempo/espço presencial; e períodos nas comunidades de origem dos(as) educandos(as), o Tempo Comunidade (TC), que pode ser entendido como um tempo/espço semipresencial. Importante salientar que a ‘comunidade de origem’ está aqui diretamente vinculada ao movimento social ao qual o

¹⁶ Os complexos sentados são a formação promovida pelas instituições de ensino baseando-se unicamente no ensino teórico e nos livros didáticos. Faz referência a uma leitura da realidade. Contudo, não se inserem numa vivência prática da realidade estudada (SHULGIN, 2013).

educando pertence; é no TC que a Pedagogia do Movimento, (...), atua com mais força. Assim, ‘para os Sem-Terra, o MST é o pedagogo do TC’.

Além das atividades que compõem o tempo escola, este se caracteriza pela participação orgânica e colaborativa entre a coordenação político-pedagógica, as famílias que residem no centro e os próprios estudantes na condução dos processos pedagógicos de manutenção, produção e auto-organização da escola e do ensino¹⁷.

Dominique Guhur (2010, p. 156), coordenadora da Escola Milton Santos, diz:

No TC, os(as) educandos(as) desenvolvem trabalhos dirigidos pela escola, tais como: leituras, registros, pesquisas de campo, estágios, experimentações e cursos complementares. Além disso, devem participar ativamente na organicidade e nas lutas do Movimento Social de que fazem parte, e manter o enraizamento na comunidade ou coletivo de origem, participando de suas atividades (às vezes, o Movimento Social responsável pode enviar os educandos a outra comunidade em determinados TC, ou os educandos podem permanecer na escola, contribuindo para sua construção ou manutenção).

Entende-se que o TC é o tempo em que os educandos e educandas, seguindo as orientações dos tempos educativos, dos educadores e das demandas locais durante o TE, inserem-se em sua localidade com a intenção de se aproximar dos conhecimentos adquiridos, fazendo o enfrentamento entre a contradição do real com o ideal, ou seja, a transição do paradigma da revolução verde ao agroecológico.

Na articulação do processo formativo entre o TE e TC, está a importância dos espaços de formação vivenciados e sistematizados, a oportunidade de a classe trabalhadora se apoderar não só do conhecimento que lhe foi retirado, mas também do conhecimento gerado no local, na ótica de quem está vivendo as contradições do capitalismo.

De maneira geral, os cursos formais de educação profissional — tomada aqui em sentido alargado — representa o lócus (...) onde mais o MST, como um conjunto, expressa sua concepção de escola, nas suas tensões, contradições e reafirmação de princípios, geralmente no contraponto com a lógica de suas instituições parceiras (MST apud LIMA et al. 2012, p.193-194)

Vimos, nas páginas anteriores, que o MST bebe nas teorias de pedagogos soviéticos que se pronunciaram sobre a temática 100 anos atrás. O princípio da integração,

¹⁷ Para uma leitura mais centrada na questão da gestão participativa dos centros e das escolas de agroecologia do MST no Paraná, ver a dissertação de Laís Ribeiro dos Santos (2015).

que poderíamos chamar de sistema de complexos ou de totalidade, tem por objetivo compreender os principais determinantes da realidade, de forma dinâmica e contraditória. Ao mesmo tempo, a politecnia tem em vista a compreensão – na teoria e na prática – dos fundamentos científicos do trabalho. A unidade indissociável entre teoria e prática, entre reflexão e ação, especialmente realizada por meio do tempo escola e tempo comunidade, ocorre nas escolas dos movimentos sociais porque, em última instância, objetiva-se transformar radicalmente a realidade. Mesmo que existam contradições e limites nessas experiências, acreditamos que as mesmas possuem inúmeras positivities.

Enquanto isso, as escolas profissionalizantes estatais adotam uma visão muito mais pragmática de integração. Com objetivos nem sempre explicitados de formação de uma mão de obra qualificada para a reprodução do capital, as escolas estatais ainda estão presas – como não poderia deixar de ser –, seja a formas disciplinares (cada disciplina ou caixinha esquarteja e pega um pedaço da realidade sem conectá-lo ao todo), seja por meio da sobreposição de ensino técnico com ensino geral. Quando a integração entre educação geral e específica ocorre, essa se dá dentro do paradigma da pedagogia toyotista, que tenta aprisionar o conhecimento gerado pelos trabalhadores para aumentar a sua autoexploração, seja mental ou física.

Considerações finais

A Era da Barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que a Era dos Extremos. No Brasil, poderíamos destacar a acumulação primitiva permanente, que tem resultado na escalada de assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, entre inúmeros outros que não poderemos citar neste espaço, são vítimas da Era da Barbárie.

Como um grande produtor de riqueza e de pobreza, o Brasil tornou-se um dos maiores celeiros da humanidade, mas também um dos maiores celeiros de miséria, certamente potencializado pela condução desastrosa da pandemia. O Brasil produz milho para porcos e frangos, mas não tem milho para alimentar os filhos da classe trabalhadora.

Somos um dos palcos centrais da “acumulação por espoliação”. Roubo de terras públicas, cercamento ilegal de terras, roubo de terras de posseiros, pequenos produtores, faxinalenses etc. tornaram-se mais comuns do que imaginamos.

Nesse sentido, a soberania alimentar, isto é, a luta contra a produção e a exportação de commodities, ganha um papel primordial na medida em que o que está em questão é a alimentação adequada dos seres humanos, e não a alimentação dos lucros do capital.

Ao que tudo indica, nesta nova fase do capitalismo, surgirão inúmeras lutas contra o fechamento de escolas, lutas por terra e teto, por habitação, por transporte público barato e de qualidade, por acesso à universidade pública e à saúde pública. As parcas conquistas republicanas duramente arrancadas pelos trabalhadores estão sendo destruídas, numa espécie de “desproclamação da República”.

Diante desse contexto de ofensiva do capital e de destruição de tudo o que é público, qual é então o desafio educacional para os movimentos sociais anticapital?

Evidentemente que as escolas de movimentos sociais devem ser multiplicadas. Vimos neste artigo que as escolas de agroecologia permitem ao MST um alto controle do que ensinar, como ensinar, como avaliar, como integrar os conhecimentos gerais com os conhecimentos técnicos e, acima de tudo, os propósitos da educação. As escolas *técnicas* de agroecologia são ilhas de resistência rodeadas por um grande deserto verde. Eles têm como objetivo formar técnicos, pesquisadores e militantes para enfrentar a devastação ambiental e materializar outra matriz produtiva para a agricultura, fundamentada em uma base tecno-científica denominada de agroecologia.

Tudo leva a crer que a política de integração entre educação geral e técnica do MST e do Estado partem de objetivos, metodologias e concepções epistemológicas distintas.

No entanto, sem uma transformação ampla e profunda das escolas públicas, tendo em vista a construção de sistemas educacionais para além do capital, as escolas de movimentos sociais autônomas permanecerão como experiências exóticas e isoladas, num mar de educação pró-capital.

Junto a isso, permanece como desafio a extinção da educação mercantilizada. A educação como mercadoria, como meio de acumulação de capital e produção de conformismo na sociedade do capital deve ser superada.

Para finalizar, poderíamos dizer, nos baseando em Mészáros, que devemos promover alterações concomitantes no Mundo do Trabalho e no Mundo da Educação, enfim, alterando o sentido do trabalho e o sentido da educação com o propósito de emancipar o trabalho da jaula do capital financeiro.

Referências

- ALTIERI, Miguel. As bases científicas da agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, A. (org.) A teoria marxista hoje. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.
- CALDART, R. S. Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular. Anais. Goiânia, 36ª. Reunião da ANPED, 2013.
- CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento e Complexos de Estudos. In: SAPELLI, M., FREITAS, L. C. e CALDART, R. S. (orgs). *Caminhos para transformação da escola 3*. Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 19-66.
- CAMPOS, Fabio. A Arte da Conquista: Capital Internacional no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro (1951-1992). 300f. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia, 2009.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DAGNINO, Renato. Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.
- DEO, Anderson. Uma transição à *long term*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.
- DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. et. al (orgs.) Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 3.
- DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. Tese de doutorado. Instituto de Economia, UNICAMP, 1984.
- DUARTE, Rodrigo. Marx e a natureza em O capital. Rio de Janeiro: Loyola, 1986.
- GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. Revista Crítica Marxista, 2011, p. 107-126.

FOSTER, John Belamy. A ecologia em Marx. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

GONÇALVES, Walter Porto et. al. In: Conflitos no campo 2015. Goiânia: CPT, 2016.

GUHUR, Dominique. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

GRUPO de mulheres do MST invade fábrica e destrói pesquisas genéticas. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/grupo-de-mulheres-do-mst-invade-fabrica-e-destroi-pesquisas-geneticas.html>. Retirado em 10/03/2015.

HARVEY. D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

KOVEL, Joel.; LOWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. Revista “Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology”, 2003.

LIMA, A. C.. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LIMA, Aparecida C. et al. Reflexão sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios nos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LIMA, Aparecida C. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

LIMA FILHO, Paula A. Sobre as revoluções burguesas radicais. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. (orgs.) Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 2.

LIMA FILHO, Paulo A.; NOVAES, Henrique T.; MACEDO, Rogério F. (orgs.) Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando, 2017.

LOUREIRO, Carlos. (org.) A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOWY, Michel. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michel. Ecosocialismo e planejamento democrático. Crítica Marxista, n. 28, 2009, p. 35-50.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) Questão agrária, cooperação e agroecologia, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACHADO, FILHO, Luiz P.; MACHADO FILHO, Luiz P. A Dialética da Agroecologia – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MAZALLA NETTO, W. Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 280f. 2014. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. Atualidade histórica da ofensiva socialista – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINTO, Lalo W. A Educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Luiz H. Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional. In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. (orgs.) MST: Universidade e Pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MST. Construindo o Caminho. São Paulo: MST, 2001.

MST. Método de Trabalho e Organização Popular. São Paulo: Setor de Formação, 2005.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. Destruição em massa – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da Barbárie. Rio de Janeiro, 2008.

NOVAES, Henrique Tahan. Reatando um fio interrompido – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H.; MAZIN, A.D.; SANTOS, Lais (orgs.) Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João; FUZER, Antônio. A economia política da “Revolução Verde”, a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. In: Cidadania do capital? A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

NOVAES, Henrique Tahan. Tempos de luta. Mimeo, 2016.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Rio de Janeiro, Caliban, 2010 (Diretor Silvio Tendler).

O VENENO ESTÁ NA MESA II. Rio de Janeiro, Caliban, 2014 (Diretor Silvio Tendler).

PETERSEN, Paulo. Apresentação. Dossiê Abrasco. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria; MAROCHI, Francisco M. Tradição (agri)cultural e inovação agroecológica: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná. AS-PTA e Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, 2002.

PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. Porto Alegre: CREA, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. A dialética da agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIRES, João H. S. Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na Escola “José Gomes da Silva”. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”.

PIRES, João Henrique Souza.; NOVAES, Henrique Tahan. Estudo, Trabalho e Agroecologia: a Proposta Política Pedagógica dos Cursos de Agroecologia do MST no Paraná. In. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador*, v. 8, n. 2, p. 110-124, dez. 2016.

PISTRAK, Moisey M. Fundamentos da escola do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLOEG, Jan. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PRIMAVESI, Ana. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel, 1986.

REGO, Thelmely Torres. Formação em agroecologia. Programa do Contestado da AS-PTA. 313f. Tese (Doutorado em Educação), UFSC, 2016.

RODRIGUES, Fabiana. MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980. Tese de Doutorado, Campinas, Faculdade de Educação, 2013.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, L. Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória. 150f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP, 2015.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1987.

SEVÁ FILHO, A. Populações e Territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul.

In: RODRIGUES, F.C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2013, vol. 2.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SHULGIN, Viktor. N. Rumo ao Politecnismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.